Imprensa alternativa, imagens e educação não-formal: o caso da Ação Católica Rural com os trabalhadores do campo

Lucas José da Silva*

Resumo

Esta comunicação analisa o emprego de imagens religiosas — em especial desenhos veiculados no jornal O Grito pela Ação Católica Rural (ACR) no Nordeste entre 1967 e 1985 — como instrumentos de conscientização política e formação coletiva. Fundamentada em referências teóricas que incluem Peter Burke e Georges Didi-Huberman e situada no contexto pós-Concílio Vaticano II, a pesquisa articula o método *Ver, julgar e agir* com análise iconográfica rigorosa e o cruzamento de fontes arquivísticas (acervos da ACR e documentos do Serviço Nacional de Informações), além da bibliografia sobre comunicação popular e educação não-formal. A leitura detalhada de capas e desenhos selecionados revela estratégias discursivas e pedagógicas. Mostra-se como agentes leigos apropriavam signos religiosos para traduzir demandas sociais em formas visuais acessíveis a públicos rurais marcados pelo analfabetismo, transformando imagens em dispositivos de debate coletivo e mobilização política. Conclusivamente, argumenta-se que a imprensa alternativa da ACR articulou religião, cultura visual e ação coletiva para contestar narrativas dominantes e ampliar capacidades de resistência durante a ditadura militar, ao mesmo tempo em que o Estado percebia tais produções como potencialmente subversivas. O estudo reafirma, por fim, a relevância metodológica do exame das imagens para construir uma história mais integrada das práticas comunicativas e formativas no campo. Oferece, assim, contribuição relevante à historiografia visual e à prática educativa comunitária no Nordeste contemporâneo.

Palavras-chave: Ação Católica Rural; Ditadura militar; Imagens.

* Mestrando na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: lucas.jsilva6@ufpe.br. Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes).

Introdução

O foco desta comunicação se situa na análise da utilização de imagens religiosas, na forma de desenhos, como forma de conscientização política no jornal *Grito no Nordeste*, produzido pela Ação Católica Rural (ACR) entre os anos de 1967 e 2008. O trabalho, no entanto, terá o recorte temporal limitado ao ano da criação até 1985.

O intuito da pesquisa nasceu do desejo de melhor compreender algo muito importante, notadamente em períodos de exceção: a comunicação, fundamental para a manutenção da existência humana. Através dela, toda a interação existe, ideias e sentimentos são expressos, culturas são apreendidas e passadas adiante. No período da ditadura militar, ela estava presente, dentre outros espaços, na figura da Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerpe), nascida em 1968, após o regime perceber que sua imagem não agradava a população. Sua principal estratégia foi o fomento à construção cívica dos cidadãos ao estimular ideais de amor à pátria, dedicação ao trabalho, confiança no governo etc., à medida que negava veementemente fazer propaganda política, assim como a prática da tortura e censura[1].

Esta última, por sua vez, foi amplamente utilizada pela ditadura militar. Carlos Fico defende que, na realidade, a tradição brasileira tem como base essa ferramenta em diversos governos, através de leis de imprensa, classificações etárias e proibição de "atentados à moral e aos bons costumes"; era naturalizada. A censura à imprensa, ao contrário, era mal vista e os governos militares tentaram negá-la ao máximo. Dessa maneira, o Setor de Imprensa do Gabinete (Sigab) censurava clandestinamente, e sua atuação durante o AI-5 foi justificada por se tratar de um período de exceção[2].

A historiografia tem refletido acerca do uso da comunicação por diversos regimes – ditatoriais ou não -, como forma de dominação social. Existem estudos sobre como a imprensa controla a "massa", mas a comunicação popular ainda não foi devidamente analisada. O primeiro tipo não é falso. Como foi exposto, a "manipulação" da opinião pública foi, efetivamente, uma das grandes características da ditadura militar. No entanto, não deve ser a única forma de análise, compreender a participação do povo[3]

---

[1] FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**, v. 4, p. 175-279, 2017.
[2] Idem, Ibidem.
[3] Aqui encarado como as classes subalternas, antítese dos anti-povo/opressores, que contradizem as necessidades e interesses da maioria, especialmente das pessoas pobres/empobrecidas. Conceito em:

e a criação de suas próprias formas de comunicar como forma de resistência é essencial para tornar a ciência histórica cada vez mais robusta e complexificada. Para isso, utilizo a ACR como importante espaço de análise.

Origem da ACR

É no contexto do golpe de 1964 e suas consequências, como completo retrocesso em relação às poucas vitórias que os trabalhadores rurais a muito custo conseguiram e a censura realizada aos veículos de imprensa, que aparece a ACR. É fruto de um processo de grandes mudanças na Igreja Católica, cujo principal marco é o Concílio Vaticano II. Esse encontro se insere em um período conturbado para essa instituição, pois o clero se preocupava – afirma o padre Joseph Comblin – sobremaneira com os sacramentos e a manutenção do poder, pouca atenção era dada ao Evangelho; soma-se a isso a crescente do capitalismo selvagem do liberalismo e a decadência da democracia cristã[4]. Ademais, estava instaurado na Igreja um profundo anticomunismo, o qual tem como resultado a encíclica *Fidei Donum* em 1957, escrita por Pio XII. Através desse documento, foram enviados padres do Norte global para países da África e América Latina, onde, na visão do papa, faltavam vocacionados e "as pregações materialistas avançavam"[5]. O Vaticano II, por sua vez, convocado por João XXIII e realizado entre os anos de 1962 e 1965, representa uma nova forma de pensar a religião católica, com ênfase na missão social da Igreja, valorizou o laicato e trouxe à tona a noção da Igreja como o povo de Deus, em que as responsabilidades seriam compartilhadas entre o papa, bispos, padres e leigos, o que permitiria maior horizontalidade[6]. Isso se difere do que se vivia no catolicismo desde o Concílio de Trento, que colocou a figura do padre no centro.

Nos encontros do Concílio, estava Dom Helder Câmara, figura proeminente na história da Igreja no Brasil, nomeado arcebispo de Olinda e Recife em 1964. Aproveitava a oportunidade para conversar com José Servat, padre francês, que, em seu país de origem, trabalhou na Ação Católica e na Ação Católica Rural, dois movimentos cuja

---

PERUZZO, Cicilia M.K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor**. Palabra Clave**, vol. 11, núm. 2, diciembre, 2008, pp. 367-379. Universidad de La Sabana. Bogotá, Colombia. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=64911214. p. 374.

[4] MONTENEGRO, Antonio Torres. **Travessias:** padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990). Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 2019.

[5] IDEM, p. 126.

[6] SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe:** os limites do progressismo na arquidiocese de Olinda e Recife (1950-1990). Recife: Universitária /UFPE, 2006.

característica era o contato com as problemáticas sociais encaradas pelos trabalhadores, agricultores e outros setores da população. Nas conversas entre o padre e o bispo, este falava sobre seu desejo de ter "personalidades e movimentos cristãos que se tornassem fermento e luz nas lutas pela libertação dos mais pobres"[7]. Em depoimentos concedidos a Antonio Montenegro, Servat afirma que os missionários cujo destino era o Recife não davam atenção aos trabalhadores rurais, devotavam seu tempo às pastorais na área urbana. Nesse contexto, o padre se dispôs a atuar na zona rural de Pernambuco, com seu início em Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Vitória de Santo Antão e Cabo de Santo Agostinho[8]. A Ação Católica Rural nasce do contato do padre com o laicato dessas comunidades. Ele afirma ter havido um início difícil, por conta das barreiras linguísticas e da percepção das pessoas de que os padres eram pessoas ligadas apenas às questões rituais[9].

Apesar das dificuldades, a Ação Católica Rural foi criada em 1965. Teve sua atividade para além dos sindicatos, diferentemente da atuação da Igreja antes do golpe de 1964, a qual se restringia a esses espaços, que, mesmo legítimos, não representam toda a luta no meio rural. Dessa forma, o movimento se inseriu no cotidiano mais amplo de luta dos trabalhadores rurais[10]. O Evangelho, segundo Calixto Santos – uma das lideranças da ACR no Maranhão –, passou a ser instrumento de transformação da realidade. Através dele, a vida era revisada e tinha como resultado a luta pelos menos favorecidos[11]. Isso se dava, especialmente, através do método *Ver, julgar e agir*. Nele, há três níveis: 1) o da análise social, responsável por *ver* a realidade vivida pelas pessoas, casos conhecidos em algum lugar, ou com algum membro; 2) hermenêutica, através da qual se pode *julgar* a situação posta em debate através das leituras bíblicas e, por fim 3) levar em consideração as fases anteriores e pensar na melhor forma de *agir* perante elas[12]. O sistema foi criado pelo padre belga Joseph Cardijin, que o utilizava para a conscientização dos operários. Na ACR, a abordagem se torna mais complexa, pois todas as etapas sempre requerem uma análise sociológica e histórica, através da qual se percebe os problemas de maneira

[7] MONTENEGRO, Antonio Torres. Op. cit. p. 248.
[8] SILVA, Pedro Henrique Pachêco da. **Ação Católica Rural:** um compromisso libertador em Pernambuco (1965-1979). 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.
[9] IDEM, Ibidem.
[10] IDEM, Ibidem.
[11] IDEM, Ibidem.
[12] SOUZA, Maria Gabriela Vieira de. **Fermento da massa:** formação da militância da Ação Católica Rural nos primeiros anos de fundação (1965-1968). 2023. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

estrutural[13]. Com essa metodologia, pensa-se em marcadores de desigualdade, como raça, gênero e classe.

A ACR, assim como outros movimentos, criou seu próprio jornal/boletim. Esse é o caso do *Grito no Nordeste*, criado em 1967. Nele, eram veiculadas notícias de diversas atividades próprias da luta dos trabalhadores rurais, encontros, formação e atividades. Através dessa imprensa alternativa, falava-se também sobre questões referentes à legislação da ditadura e como afetava o trabalhador do campo. Tal atitude, principalmente nos tempos de maior perseguição e censura, não poderia ser esperada da mídia hegemônica.

O *Grito no Nordeste* não contava com o uso exclusivo de palavras. Nele, havia diversas imagens, muitas vezes ilustrativas e outras de caráter pedagógico. Neste trabalho, haverá o intento de compreender o papel das imagens no *Grito*, mas, acima de tudo, analisar as que continham signos religiosos e como elas eram utilizadas para fins de conscientização política. Dado baixo nível de alfabetização da população do meio rural[14], tal reprodução visual era fundamental.

Aqui, interessa-me sobremaneira a utilização das imagens religiosas. Utilizar esses signos é uma ferramenta já pensada por Francisco Julião - um dos grandes nomes da luta nas Ligas Camponesas - e utilizada em seus discursos e escritos, como é o caso da *Cartilha do camponês*. Ele sabia que o latifundiário utilizava da religião como forma de manter o controle sobre os camponeses. Um exemplo se dá quando diz "o latifúndio vale-se do nome de Deus. Como? Eu te explico"[15], e em seguida trata de discursos utilizados pelos donos de terras, como a determinação de que existem pessoas nascidas para serem pobres e outras para serem ricas. Julião, então, subverte e afirma que, na realidade, Deus se fez um homem pobre que apontava as injustiças sociais. De forma análoga, o *Grito* utilizava-se desses signos, historicamente a serviço das elites, para lutar pela liberdade do povo rural.

Imagens e História

[13] SILVA, Pedro Henrique Pachêco da. Op. cit.
[14] SOUZA, Maria Gabriela Vieira de. Op. cit.
[15] JULIÃO, Francisco. **A Cartilha do Camponês**. p. 8-9. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/juliao/1961/mes/cartilha_campones.pdf Acesso em 20 set. 2026.

Para tratar das imagens, é necessário trazer à tona as contribuições do historiador Peter Burke acerca do uso das imagens pela história, notadamente em seu livro *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. O autor diz que esses vestígios ampliam substancialmente alguns territórios da ciência, ao citar a história do corpo, por exemplo, muito beneficiada pelo testemunho imagético dos ideais de doença, saúde e padrões de beleza e como mudaram com o passar do tempo. A história da cultura material, assim como a história das mentalidades são campos também muito privilegiados por essa perspectiva[16].

O historiador inglês diz que as imagens são de suma importância para o estudo histórico, no entanto, há o que se chama de "invisibilidade do visual", pois os historiadores, de maneira geral, preferem textos e fatos políticos ou econômicos, não se importando com níveis mais profundos de experiências[17]. Burke diz que, quando as imagens não são usadas como ilustrações, sem relevância alguma para a argumentação, são apenas utilizadas para apresentar imageticamente conclusões já alcançadas pelo autor através de outros meios. Os historiadores são formados, tanto na escola quanto na universidade, para ler textos. Essa postura é tanto limitante para os indivíduos quanto para a ciência histórica[18].

É perceptível que as imagens são encaradas recorrentemente como uma evidência, ou seja, capazes de provar incontestavelmente alguma informação. No entanto, mais do que um problema relacionado a esse tipo de fonte especificamente, acreditamos ser esta uma dificuldade geral da ciência histórica em relação aos vestígios do passado. A leitura da documentação deve ser sempre crítica e dotada de questionamentos, não como algo que, após atestada sua veracidade, será detentora da verdade. Peter Burke fala sobre essa temática, afirmando haver o costume de encarar as fontes como se estas fizessem parte do rio da verdade e os historiadores fossem pegar porções dela com seus baldes[19]. O autor utiliza o historiador Gustaaf Renier para defender a ideia de que a melhor forma de se tratar das fontes é encará-las como *indícios*, ou seja, são vestígios, através dos quais são elaboradas interpretações, deduções e inferências; como ensinou Marc Bloch em seu *Apologia da história*, o documento nunca fala por si, é preciso haver crítica e boas

[16] BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2017.
[17] IDEM.
[18] IDEM.
[19] IDEM.

perguntas a ele. Quando há em mente essa percepção, o trato com as representações visuais muda completamente.

É preciso haver a consciência de que as imagens, assim como diversos outros tipos de documentos, são mudas, e, por conta disso, é difícil traduzir em palavras o seu testemunho[20]. Muitos historiadores, diz Burke, caem no erro de ignorar a mensagem que pretendia ser passada com determinada imagem e tentam ler nas "entrelinhas", o que, por muitas vezes, resulta em aprender algo que os próprios artistas desconheciam. O irremediável mutismo das representações visuais é um dos percalços do ofício do historiador, contudo, existem maneiras de os superar. Uma delas é a iconografia ou iconologia. Esse método, no entanto, foi alvo de críticas, por seu caráter demasiadamente especulativo, muitas vezes ignorando o público que consumia as imagens ou o contexto social delas. Peter Burke afirma que a iconologia, isoladamente, tem suas limitações. Entretanto, ela pode e deve ser utilizada através de uma sistematização do seu método, através do estruturalismo, da psicanálise, entre outras ferramentas teóricas e metodológicas[21].

Um exemplo do exposto é a utilização de pinturas em igrejas. O Papa Gregório diz que "pinturas são colocadas nas igrejas para que os que não leem livros possam 'ler' olhando as paredes"[22]. Muitos podem ir contra essa perspectiva, afirmando que os fiéis não poderiam entender de forma alguma imagens tão complexas, dada a baixa instrução. No entanto, acreditar nisso seria ignorar a possibilidade de o clero explicar as representações em suas homilias ou em outras oportunidades; dessa forma, as pinturas seriam como formas de lembrete. Por isso, é essencial entender a sociedade que produziu as imagens, suas instituições e convenções.

Acerca do que foi supracitado, compreender como cada período expressa seus anseios é essencial. Peter Burke utiliza como exemplo os líderes: eles costumam criar maneiras de inspirar as pessoas, seja ao se apresentarem como governantes triunfantes ou montados em cavalos. Isso é perceptível em diversas sociedades, mas pode-se observar as do século XX; nelas, os grandes líderes muitas vezes eram representados usando uniformes, vestidos como soldados ou cavaleiros, como se estivessem prontos para uma

[20] IDEM.
[21] IDEM.
[22] IDEM, p. 77.

cruzada; regimes democráticos, por sua vez, costumam dar preferência à representação de ministros; enquanto os socialistas trazem imagens idealizadas de trabalhadores[23].

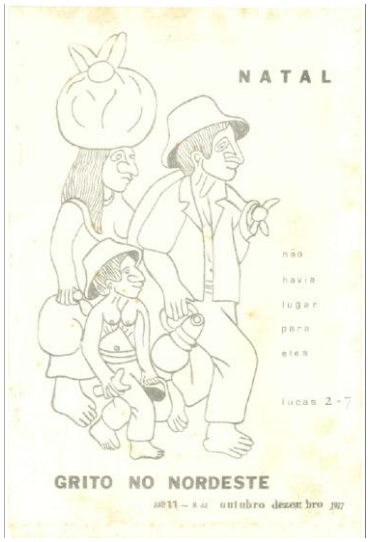
Em todos os períodos históricos, os governantes utilizaram sempre das pinturas e estátuas para inspirar as pessoas com os sentimentos que lhes desejavam dar[24]. O poder, defende o historiador Peter Burke, apenas pode ser conservado a partir da (re)produção de imagens, a força física não basta.

Não se deve crer, absolutamente, que as imagens apenas podem ser empreendidas pelos grupos dominantes. Burke fala de uma invenção importantíssima para os meios de comunicação: as caricaturas e os desenhos. Eles são essenciais para desmistificar a ideia de poder, pois incentivam as pessoas a se envolverem enfaticamente na vida política, não a encararem como distante e inalcançável. Além disso, cita os trabalhos do cartunista James Gillray, que ofereceram "preciosos ângulos da política inglesa do século XVIII", assim como o de Honoré Daumier, crítico do rei Luís Felipe[25]. Soma-se a isso o fato de que Peter Burke considera que as imagens são mais importantes nos processos revolucionários, pois elas contribuem de forma poderosa para a politização das pessoas, especialmente em sociedades pouco letradas. Isso se dá notavelmente no caso da ACR, que lidava com uma população rural com níveis de analfabetismo que chegavam a 80%[26].

Os desenhos da ACR

Nesta seção, analiso alguns desenhos criados pela ACR e como eles podem servir para criar uma história a partir deles, como Didi-Huberman trata das imagens: o piso alvo da arqueologia, o qual se compreende a partir da escavação (2017). O primeiro desenho se trata da capa da edição 44 do jornal *O grito no Nordeste*, de 1977.

[23] IDEM.
[24] IDEM.
[25] IDEM, p. 122.
[26] PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve:** o nordeste do Brasil: 1955-1964. Record, 1972.



Fonte: Jornal *O grito no Nordeste*, fundo ACR, do Núcleo de Documentação Sobre os Movimentos Sociais Dênis Bernardes, UFPE (Nudoc-UFPE).[27]

A imagem apresenta três personagens que, pelo desenho dos pés, estão a caminho de algum lugar. Os dois adultos carregam os pertences da família em sacolas, enquanto a criança leva em sua mão um brinquedo (estilingue) e um balde pequeno com os seus pertences. Na família inteira pode-se perceber os sinais de desidratação e fome. Ao lado, há uma passagem do livro de Lucas, na Bíblia, em que diz "não havia lugar para eles". Essa frase adiciona uma camada de sentido ao desenho. Em primeiro lugar, há a representação de uma família procurando um novo lugar para morar. Eles podem existir por diversos motivos, como a expulsão de suas terras por parte do latifúndio, prática comumente empreendida no nordeste brasileiro[28]. Também poderiam ser retirantes do sertão, à procura de lugar para trabalhar no período de secas na região.

O outro sentido faz referência à cena bíblica, que diz respeito à Maria e José em busca de local para se hospedarem e dar à luz Jesus. Assim, cria-se um paralelo entre a família de Nazaré e as famílias nordestinas que, por diversos motivos, precisa sair de suas casas e buscar outros destinos. Dessa maneira, há o desejo de "empoderar" essas pessoas, visto que são comparadas à família do Messias, segundo a religião católica. A partir disso também se cria um paralelo entre o que se viveu outrora e o que se vive no "hoje" desses indivíduos. Maria e José fugiam da perseguição empreendida pelos poderosos de seu tempo e não encontravam lugar para morar, visto que eram pobres e estrangeiros. Quase dois mil anos depois, outra família também não tem onde ficar, são perseguidas pelos

[27] Segue o link para os que se interessarem em conhecer melhor a documentação do Grito: https://drive.google.com/file/d/1mLE5wI76i2oBGNdHHxXsVuGwMDnz-Qdn/view?usp=sharing
[28] PAGE, Joseph A. Op. cit.

poderosos do presente, notadamente o latifúndio, que expulsa os moradores e introduz a monocultura, como denunciado na edição número 30 de 1974 do *Grito*, cuja capa traz a pergunta com indignação: Quando o boi chega o homem tem que sair?



Fonte: Arquivo do SNI, 1971, p. 3[29].

O desenho acima representa um homem adulto, com marcas corporais que remetem à fome, com furos em seus pés e mãos. Ele em posição de crucifixão, preso à cana de açúcar. Acima, está o desenho de um sol com forte irradiação. Ao fundo da imagem, abaixo, está a cidade e a indústria. Para uma pessoa minimamente versada no cristianismo, o desenho apresenta uma analogia clara: um trabalhador rural está sendo crucificado, assim como Jesus. No entanto, uma coisa deve chamar a atenção do observador dessa figura, o homem está crucificado na cana de açúcar.

Para a população rural que tem esse contato tão próximo com a religião cristã, é facilmente perceptível que se trata de uma analogia a Jesus crucificado. Ao se criar essa imagem, busca-se criar um paralelo entre o trabalhador e a figura religiosa. Isso não é gratuito, pois, assim como Jesus teria se sacrificado pela salvação das pessoas, o trabalhador seria sacrificado pela modernidade, como se percebe na indústria e cidade ao fundo. O instrumento de tortura, em vez da cruz, é a cana de açúcar. Para o trabalhador, a

[29]Acesso em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/71034850/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71034850_d0001de0001.pdf

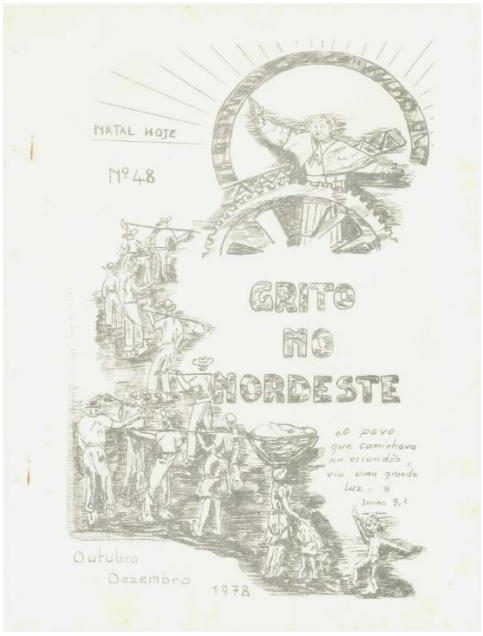
planta simbolizaria o poder do latifundiário. Este, vale-se da mão de obra daquele, explorando-o à exaustão, o que resulta em péssimas condições de vida para o trabalhador e sua família. Consequentemente, chega-se à morte, literal ou metaforicamente. No primeiro sentido, porque as condições materiais de existência estão abaixo do essencial; no segundo, porque a pessoa perde sua dignidade.

Agora, é possível apresentar uma nova camada à utilização dessa imagem. Aqui, chamo a atenção ao fato de que essa representação em específica não foi copiada de um fundo relativo à ACR, mas um referente à ditadura militar. Ela está no fundo relativo ao SNI (Serviço Nacional de Informações) no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian). O cruzamento de fontes é algo essencial na operação historiográfica. Muitas vezes analisamos diferentes documentos dos mais diversos tipos, jornais, cartas, cartografias, documentos oficiais etc. Cruzamos o que grupos diferentes criaram sobre um mesmo fato e interpretamos algo a partir disso. No caso que apresento, há a particularidade de se tratar da mesma imagem, mas em âmbitos diferentes.

Em relação ao público do jornal, o desenho provavelmente teve um efeito positivo, através do qual as pessoas se identificam com o que está sendo representado e objetivam mudar de vida, lutar por uma sociedade que não permita esse tipo de relação entre latifundiário e trabalhador rural. Isto, ao contrário, não é visto com bons olhos por alguns membros do SNI, que taxam o jornal como "claramente subversivo". O título do documento que reproduz essa edição na íntegra é *A infiltração comunista no Brasil*. O relator afirma que o folhetim utiliza "citações bíblicas que se prestam à interpretação várias". Em outro momento do relatório, diz-se que a ACR levanta discórdia entre empregados e empregadores, afirmando que se trata de um grupo esquerdista com característica da linha chinesa, uma referência à revolução maoísta.

Para pessoas que tiram seu sustento de um trabalho altamente precarizado, a imagem pode representar uma possibilidade de mudança, o caminho para um mundo mais digno. Para os que estão no poder, alinhados ao latifúndio e grandes empresas, aqueles que desejam condições básicas de existência e o justo acesso à terra são revolucionários (com o mau uso da palavra) que desejam acabar com a paz. Ou melhor, assim preferem rotular para que tudo se mantenha como está.

Parto agora para a análise feita a partir de um problema com a institucionalidade católica.



Fonte: Jornal *O grito no Nordeste*, fundo ACR, do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais Dênis Bernardes, UFPE.

A imagem presente nessa capa é muito interessante, pois ela faz menção a dois grandes acontecimentos da religião católica. O primeiro, é a comemoração do Natal, festa que celebra o nascimento de Jesus, o salvador de um povo. É comum que nas edições do *Grito* se utilize imagens de famílias da zona rural ou de crianças para representar de alguma maneira essa celebração. Mas essa imagem traz algo novo, que se caracteriza pelo segundo acontecimento, o conclave que escolheu como papa João Paulo II. Utiliza-se como referência o texto bíblico de Isaías, no qual o autor diz que o povo teria visto uma grande luz. Os elementos da imagem dão a entender que essa luz se trata do papa, está rodeado de símbolos ligados ao trabalho, como a engrenagem, ao mesmo tempo que, juntos, formam uma representação do sol.

Essa edição é de 1978 e trata da alegria que os membros da ACR sentiram ao "conhecerem" esse papa. Ele continuará sendo assunto constante nas edições do *Grito*, com destaque para as suas falas de crítica ao capitalismo e aceno aos trabalhadores rurais. Isso se dá por conta de um aparente alinhamento ideológico entre a ACR e o papa, mais alto grau da hierarquia católica. Assim, é congruente que os membros estejam contentes com o líder religioso. Os ânimos continuam agitados e ganham ainda mais força quando o papa vem ao Brasil, em 1980, sendo presente também em diversos jornais, hegemônicos ou alternativos. Assim como o discurso esteve completamente alinhado com o papa, a ideologia também permite que haja discordâncias maiores, como se pode analisar abaixo.



A IGREJA ESTÁ DIVIDIDA (?)

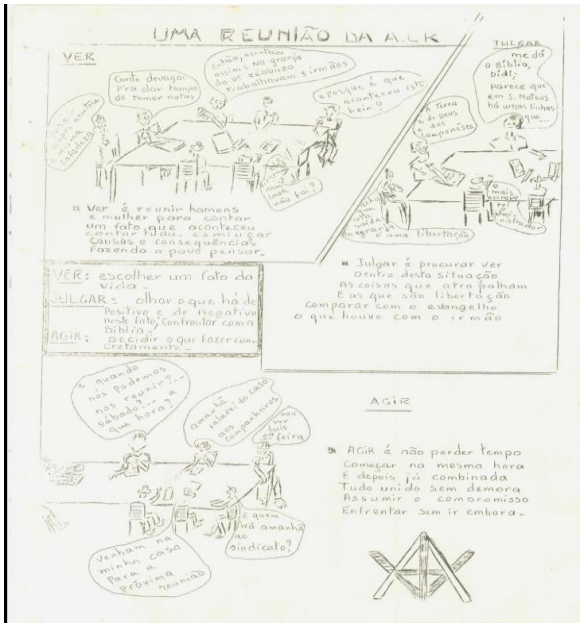
NO MUNDO OCIDENTAL DESENVOLVIDO: O PAVOR DO MARXISMO

Essa nova maneira de ser cristão e de pensar a teologia na América Latina do Norte, os serviços do Vaticano e mesmo o papa João Paulo II. Nessas terras em geral a maneira de viver o cristianismo apareceu mais como freio, do que motor em vista da libertação das categorias sociais desfavorecidas. Denunciam a ação dos cristãos da América Latina como sendo mais social ou política do que evangelizadora.

Marcados pelas diversas experiências comunistas da Europa Central, como na Polônia, estão sempre com medo do marxismo — visto como ideologia materialista e atéia. Esse temor caracteriza também a ad-

Fonte: Jornal *O grito no Nordeste*, fundo ACR, do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais Dênis Bernardes, UFPE.

Agora, há a imagem do mesmo papa, João Paulo II, mas sob uma ótica negativa. Nela, o líder religioso é representado tingindo a palavra "Libertação" da "Teologia da Libertação". Encabeçando a matéria, uma afirmação-pergunta: A Igreja está dividida (?). Isso se deu porque, nesse momento, a Igreja criticou fortemente a Teologia da Libertação, uma forma de se compreender a teologia pelo viés social. Através dela, acreditava-se em uma libertação integral do ser humano, isto é, além do caráter espiritual, levando em consideração também o social. Muitos religiosos, como o cardeal Ratzinger (que viria a ser Bento XVI), teceram fortes críticas a essa teologia por ser de caráter materialista e marxista. É nesse momento, inclusive, que a Igreja ordena que Leonardo Boff se mantenha em silêncio em relação a assuntos doutrinais. *O Grito*, assim, passa a uma postura de desconfiança em relação à Igreja Católica e ao seu líder, João Paulo II.



Fonte: Jornal *O grito no Nordeste*, fundo ACR, do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais Dênis Bernardes, UFPE.

Por fim, acho essa imagem muito importante para tratar da educação não-formal empreendida pela ACR. Essa educação se dá, como afirma Cicilia Peruzzo (2010), quando as pessoas vivem uma práxis cotidiana voltada para os interesses e necessidades de seus próprios grupos, organizando-se e se formando no dia a dia da luta. Segundo ela, a educação não-formal acontece de maneira especialmente forte no Brasil, ambiente para o qual a maioria da população é excluída das benesses do desenvolvimento.

Esse desenho está situado na última página da edição 46 do boletim. Nela, está explicado o método *Ver, julgar e agir*, já explicado nesta comunicação. Entretanto, acredito ser necessário trazê-lo à tona novamente através dessa imagem, pois ela apresenta algo muito interessante.

Ao tratar da importância dos desenhos para a população rural, eu aponto que ela sofria com altos graus de analfabetismo, o que dificulta a apreensão de informações de materiais escritos. Ainda que os recursos visuais tragam forte impacto e possam tocar profundamente as pessoas que cotidianamente sofrem com as diversas opressões advindas do latifúndio com aval do Estado, *O grito no Nordeste* se trata de um jornal cuja maior parte de informações está veiculada através da escrita. Assim, a maior parte do público-alvo do boletim estaria à parte dessa comunicação.

No entanto, os indivíduos não eram excluídos da prática comunicativa, pois o *modus operandi* da ACR, como se percebe através da imagem, se dá pelas conversas em

grupo. O jornal, assim como outras formações destinadas à população rural, era lido em conjunto e discutido à luz dos problemas da comunidade. A mim, é impossível não me recordar de Walter Benjamin em *O narrador*, quando afirma que o que se vive desde o século XIX é o afastamento das relações humanas. Antes, caracterizadas por muitos momentos de experiência comunitária, individualizam-se cada vez mais. Para ele, o jornal é uma consequência disso, pois é um veículo através do qual as pessoas individualmente leem as informações. O folhetim da ACR, *O grito no Nordeste*, quebra essa lógica. Isso se dá porque, ao contrário da imprensa hegemônica, *O grito* não trata de notícias que valem pelo seu imediatismo, tampouco são feitas para que se leia individualmente. A leitura é coletiva e incentiva a comunidade a se unir para enfrentar as dificuldades impostas.

Considerações finais

Neste espaço, intentei apresentar os desenhos como uma forma de comunicação muito efetiva para o cotidiano de luta dos trabalhadores da zona rural de Pernambuco, animados pela ACR a reivindicarem seus direitos e lutarem contra as opressões empreendidas na ditadura militar, que teve como uma de suas grandes marcas a exclusão de grupos minoritários dos circuitos de comunicação, assim como manteve amplo apoio aos latifundiários.

Advogo também por uma história que se constrói a partir da imagem. Ao analisá-la dentro de seu contexto, em relação com os diversos grupos contemporâneos, pode-se construir uma narrativa que apresenta de forma cada vez mais integral a percepção dos sujeitos acerca do mundo circundante e como eles se posicionam frente às diversas dificuldades.

Aqui, consegui trazer, ainda que brevemente, um grupo que, entre os seus objetivos, agiu na formação de seus integrantes através de uma educação não-formal, que permitia a construção de conhecimento a partir das diversas experiências de cada um, ainda que excluídos dos meios educacionais convencionais. Soma-se a isso a importância da construção de conhecimento se dar coletivamente, mesmo num mundo que se incentive a individualização de maneira cada vez mais intensiva.

Referências

BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas**. São Paulo: Editora 34, 2017.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**, v. 4, p. 175-279, 2017.

JULIÃO, Francisco. **A Cartilha do Camponês**. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/juliao/1961/mes/cartilha_campones.pdf Acesso em 20 set. 2026.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Travessias:** padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990). Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 2019.

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve:** o nordeste do Brasil: 1955-1964. Record, 1972.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. A Comunicação nos Movimentos Sociais: exercício de um direito humano. **Diálogos de la Comunicación**, n. 82, 2010.

_____. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor**. Palabra Clave**, vol. 11, núm. 2, diciembre, 2008, pp. 367-379. Universidad de La Sabana. Bogotá, Colombia. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=64911214. Acesso em 20 set. 2026.

SILVA, Pedro Henrique Pachêco da. **Ação Católica Rural:** um compromisso libertador em Pernambuco (1965-1979). 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe:** os limites do progressismo na arquidiocese de Olinda e Recife (1950-1990). Recife: Universitária /UFPE, 2006.

SOUZA, Maria Gabriela Vieira de. **Fermento da massa:** formação da militância da Ação Católica Rural nos primeiros anos de fundação (1965-1968). 2023. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.